

Objeto do Protocolo de Intenções: Estimular a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação – Projeto Piloto Ampliado" (MPEDUC) em municípios do Estado do Pará, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República".
Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Protocolo de Intenções Original por mais 12 (doze) meses.
Data de Assinatura: 18/12/2019
Vigência do Aditamento: 07/02/2020 a 06/02/2021.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 509974

Extrato da Portaria nº 07/2019 – MP/PJMA-1º Cargo

O 1º Promotor de Justiça de Monte Alegre, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SIMP Nº 001074-157/2019 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Monte Alegre, situada na rua Rui Barbosa, nº 587, Cidade Alta, Monte Alegre-PA, CEP 68.220-000-Monte Alegre-Pará-Fone (93) 3533-2977.

Portaria nº 07/2019-MP/PJMA-1º Cargo

Polo Ativo: 1ª Promotoria de Justiça de Monte Alegre

Polo Passivo: Josivaldo Lima dos Santos

ASSUNTO: possível crime ambiental, qual seja, o Corte (supressão) de Árvores da Espécie Seringueira (hevea spp) em área de APP, cometido em tese, pelo Sr. Josivaldo Lima dos Santos, na rodovia PA 255, comunidade Passagem, zona rural desta comarca

FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA – Promotora de Justiça

Protocolo: 510204

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ACÓRDÃO Nº 015/2019 – CPJ****RECURSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO Nº 068/2018- CPJ (PROTOCOLO Nº 57951/2018)

RECORRENTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SEÇÃO PARÁ

ADVOGADO: ALBERTO ANTONIO ALBUQUERQUE CAMPOS, OAB/PA Nº 5541 E OUTROS

RECORRIDA: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA JOSIEL GOMES DA SILVA

RELATOR: PROCURADOR DE JUSTIÇA MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NAVES

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ARQUIVOU O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PRELIMINAR (PDP) Nº 052/2018-CGMP/PA. NÃO RESTOU CONFIGURADO ABUSO DE AUTORIDADE OU CERCEAMENTO À INVOLABILIDADE AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ADVOGADO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA INTERESSADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DECISÃO: ACORDAM OS MEMBROS DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. REGISTRADO O IMPEDIMENTO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, GERALDO DE MENDONÇA ROCHA E JORGE DE MENDONÇA ROCHA. REGISTRADA A ABSTENÇÃO DO PROCURADOR DE JUSTIÇA MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR.

BELÉM (PA), 09 DE DEZEMBRO DE 2019

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício

Protocolo: 510089

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**PORTARIA Nº 158/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU**

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria nº 158/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU - BEL que converte o Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, mantendo o nº 001204-125/2018 - MP-3º PJ MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-térreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Conversão: 11.12.2019

Objeto: trata do pedido de providências em relação à obstrução de espaço público por trailer no Conjunto Promorar, Bairro Val-de-Cães, nesta cidade.

Requerente: Raimundo Barboza de Oliveira

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 510188

PORTARIA Nº 7.476/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 247/2019-CPJPSIV, datado de 8/10/2019, protocolizado sob o nº 44594/2019, em 8/10/2019; e
CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/07/2014, publicada no D.O.E em 23/07/2014, republicada em 29/07/2014;
R E S O L V E:
DESIGNAR as Promotoras de Justiça MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA e FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-

Coordenador, da Região Administrativa 12- Região Sudeste IV, no período de 7/1 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 9 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.510/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 8.809, de 27 de dezembro de 2018, Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2019, que estabelece que as aberturas de créditos suplementares das dotações orçamentárias dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos Constitucionais Independentes, referidas neste artigo, serão autorizadas por ato próprio dos seus respectivos representantes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE TRABALHO	NATUR. DA DESP.	FT	VALOR SOLICIT.
12101.28.846.0000.9024	339092	0101	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROG. DE TRABALHO	NATUR. DA DESP.	FT	VALOR SOLICIT.
12101.03.122.1434.8332	339039	0101	50.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			50.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 10 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.512/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 47009/2019-MP/CPMII, datado de 31/10/2019, protocolizado sob o nº 47009/2019, em 31/10/2019;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/07/2014, publicada no D.O.E em 23/07/2014, republicada em 29/07/2014;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa 08 – Região do Marajó II, no período de 7/1 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 10 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.539/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do expediente protocolizado sob o nº 45719/2019, datado de 18/10/2019,

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 002/2016-MP/CPJ, de 7/4/2016, publicada no D.O.E em 25/4/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça de Marituba, durante o afastamento da titular, a Promotora de Justiça, ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, no período de 5/10 a 31/12/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 11 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.553/2019-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018, e considerando os termos do Ofício nº 350/2019/OUVIDORIA-MPPA, datado de 2/12/2019, protocolizado sob o nº 50408/2019, em 2/12/2019,